

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Relatório dos Auditores Independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
CASA DE CARIDADE DOM ORIONE
Araguaína - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do CASA DE CARIDADE DOM ORIONE ('Entidade'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CASA DE CARIDADE DOM ORIONE em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Contas a receber - Sistema Único de Saúde

Conforme descrito na nota explicativa 4, a Entidade possui registrado na rubrica de "Convênios SUS" o montante de R\$3.970 mil com o Sistema Único de Saúde em 31 de dezembro de 2017, pendentes de recebimento de longa data. Devido à natureza desses créditos, riscos que envolvem a sua realização e a ausência de mensuração do valor justo na data base de 31 de dezembro de 2017, não nos foi possível concluir sobre a realização destes créditos, bem como seus reflexos no resultado do exercício corrente e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017.

Investigação em andamento pela Polícia Federal - "Operação Marca Passo"

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Entidade foi citada na 2ª fase da "Operação Marca-passo" da Polícia Federal que investiga esquema de corrupção e fraude a licitações no Tocantins, tendo como objetivo a aquisição de equipamentos OPME's (Órteses, Próteses e Materiais Especiais). Devido ao atual estágio, muito embora a Entidade espera não ter impactos significativos em suas demonstrações contábeis em razão do andamento da "Operação" ainda em curso, não podemos assegurar, até a presente data, de que não existam impactos significativos, inclusive sobre aspectos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
-

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 13 de Abril de 2018



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - TO

Casa de Caridade Dom Orione
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2017	2016
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	716.961	89.523	Fornecedores	7	6.820.177	8.431.200
Aplicações financeiras restritas	3	396.940	1.703.147	Empréstimos e financiamentos	8	2.328.668	4.286.958
Contas a receber	4	14.939.119	18.780.833	Obrigações trabalhistas	9	3.706.594	3.374.248
Estoques	5	2.369.195	1.471.537	Tributos e contribuições sociais		269.969	218.954
Adiantamentos		364.498	239.042	Convênios	10	1.090.452	2.620.530
Despesas pagas antecipadamente		38.103	45.502	Compromissos contratuais	11	166.782	336.417
Outras contas a receber		256.252	-	Outras contas a pagar		55.241	448
Total do ativo circulante		19.081.067	22.329.585	Total do passivo circulante		14.437.884	19.268.756
Ativo não circulante				Não circulante			
Investimentos		20.850	20.850	Empréstimos e financiamentos	7	162.815	645.988
Imobilizado	6	12.691.888	12.299.575	Compromissos contratuais	11	340.053	1.294.535
Intangível		22.565	45.190	Provisões para Contigência	13	3.637.179	1.517.700
Total do ativo não circulante		12.735.303	12.365.615	Total do passivo não circulante		4.140.047	3.458.222
				Patrimônio Líquido			
				Patrimônio social		11.968.221	12.208.050
				Superavit/(Déficit) do exercício		1.270.218	-239.828
				Total do patrimônio social	13	13.238.439	11.968.221
Total do ativo		31.816.370	34.695.200	Total do passivo e do patrimônio líquido		31.816.370	34.695.200

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

	Nota explicativa	2017	2016
Receitas Operacionais	14	66.207.902	65.299.900
Receitas de subvenções	14	8.902.723	6.893.957
Doações - líquido	14	463.172	642.308
(-) Deduções	14	(2.678.644)	(4.699.326)
(=) Receita líquida		72.895.153	68.136.840
(-) Custos dos Serviços Prestados	15	(62.284.543)	(60.274.099)
(=) Superávit bruto		10.610.610	7.862.741
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	16	(8.727.250)	(7.587.251)
Despesa com Pessoal		(258.181)	(165.189)
Outras receitas/(despesas) operacionais		80.772	460.096
		(8.904.659)	(7.292.345)
Despesas financeiras		(813.977)	(956.915)
Receitas financeiras		378.244	146.690
		(435.733)	(810.225)
(=) Superavit/(Déficit) do exercício		1.270.218	(239.828)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Superávit/(Déficit) do exercício	1.270.218	(239.828)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.270.218</u>	<u>(239.828)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione
Demonstrações das mutações do patrimônio social
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	13.769.400	13.769.400
Superávit/(Déficit) do exercício	(239.828)	(239.828)
Cisão Parcial	(1.561.350)	(1.561.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>11.968.222</u>	<u>11.968.222</u>
Superávit/(Déficit) do exercício	1.270.218	1.270.218
Saldos em 31 de Dezembro 2017	<u><u>13.238.439</u></u>	<u><u>13.238.439</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione
Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	2017	2016
(=) Superavit/(Déficit) do exercício	1.270.218	(239.828)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Provisão para contingências	2.119.479	433.175
Baixa de Investimentos, Ativo Imobilizados e Intangível	452.571	502.929
Depreciação e amortização	1.538.088	1.652.066
	5.380.357	2.348.341
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento)/Contas a receber	3.585.463	(3.397.887)
(Aumento)/Diminuição nos estoques	(897.657)	2.457.013
(Aumento)/Adiantamentos	(125.456)	(81.369)
(Aumento)/Despesas pagas antecipadamente	7.399	-
Aumento / (diminuição) em Fornecedores	(1.611.023)	843.306
Aumento / (diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	383.360	409.308
Aumento / (diminuição) em Convênios	(1.530.078)	1.602.793
Aumento / (diminuição) em Compromissos Contratuais	(1.124.117)	(1.793.115)
Aumento / (diminuição) em Outras Contas a Pagar	54.793	(3.996)
Aumento / (diminuição) Passivo Fiscal	-	(13.557)
Caixa líquido das atividades operacionais	4.123.041	2.370.839
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(2.360.347)	(2.469.054)
Cisão parcial de ativos com redução de capital	-	(1.561.350)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(2.360.347)	(4.030.404)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(2.441.463)	2.482.252
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(2.441.463)	2.482.252
Aumento/(redução) líquido de caixa	(678.769)	822.687
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.792.671	969.984
Caixa e equivalentes de caixa no Final do período	1.113.901	1.792.671
Aumento/(redução) líquido de caixa	(678.769)	822.687

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Casa de Caridade Dom Orione, filiada à Pequena Obra da Divina Providência - Dom Orione é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica e de assistência social, com o fim de cumprir os pressupostos e princípios evangélicos vividos e ensinados pelo Padre Luís Orione, com a duração por tempo indeterminado e tem como objetivos: a) manutenção da saúde da pessoa; b) assistência médico-hospitalar, em regime de internação e com serviços ambulatoriais; c) desenvolver atividades educacionais na área da saúde, em estabelecimentos próprios e de terceiros; d) pesquisa para o aperfeiçoamento das atividades de saúde; e) atenção ao idoso, especialmente aos mais necessitados; f) atenção às pessoas portadoras de deficiências físicas e/ou mentais, dando preferência às atividades terapêuticas e de reabilitação; g) levar a efeito a saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização.

Para o cumprimento das suas finalidades a Casa de Caridade Dom Orione criará e manterá hospitais, escolas, faculdades, asilos, creches e quaisquer outras que venham a contribuir para a melhoria da assistência à comunidade, podendo constituí-las em departamentos, com administração autônoma e atenderá preferencialmente as pessoas mais carentes sem distinção de sexo, idade, credo religioso e político.

Investigação da Polícia Federal (Operação Marca-passo)

A investigação teve início com a instauração da investigação policial determinada por portaria datada de 28 de junho de 2017, recebendo a denominação de “Operação Marca-passo”.

O objetivo da investigação é a apuração de suposta prática criminosa dos ilícitos penais de corrupção ativa e passiva, crimes contra licitação e organização Criminosa no Hospital Geral de Palmas/TO.

A investigação estendeu-se ao Hospital e Maternidade Dom Orione em Araguaína/TO em razão de tratarem-se dos dois únicos hospitais a realizar cirurgias cardíacas no estado, bem como em razão de suspeitas levantadas por delator envolvido na investigação. A investigação ainda não foi encerrada pela Polícia Federal que continua a examinar a documentação e a periciar os equipamentos apreendidos nas diversas fases da operação.

Até o presente momento não foi oferecida denúncia e não se iniciou ação penal. Nenhuma comprovação foi apontada ou encontrada de envolvimento ou da prática de quaisquer atos ilícitos no Hospital e Maternidade Dom Orione de Araguaína/TO ou mesmo por parte de seus diretores e colaboradores.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), levando em consideração a ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucro.

De acordo com o item 4 da ITG 2002 (R1), aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade e a própria Interpretação (ITG 2002 - R1). Aplicam-se também a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados pela Interpretação.

2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

- a) Provisões para contingências;
- b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa;
- c) Vida útil estimada do ativo imobilizado.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Em 21 de agosto de 2015 o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2002 (R1) que altera a ITG 2002 que trata de entidades sem finalidade de lucros.

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016
(Em Reais)

O documento revisado enfatiza que as receitas e despesas devem ser reconhecidas respeitando-se o Princípio da Competência e introduz as seguintes principais modificações:

- Somente as subvenções concedidas em caráter particular se enquadram na NBC TG 07;
- As imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado;
- O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro;
- As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham relação dos tributos objeto de renúncia fiscal (que não devem mais ser evidenciadas nas demonstrações contábeis como se a obrigação fosse devida).

Dessa forma, no presente relatório as renúncias fiscais deixam de ser apresentadas como Subvenções e o exercício anterior está sendo reapresentado para fins de comparabilidade.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, sua moeda de apresentação.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Entidade são classificados sob as seguintes categorias: a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit ou déficit); b) Empréstimos e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Tal classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit ou déficit)

São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e classificados no ativo circulante. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit ou déficit) são apresentados na demonstração do superávit (déficit) na rubrica de “receitas financeiras” no período em que ocorrem.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem principalmente as contas a receber de clientes.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Se o prazo de recebimento for inferior a um ano as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário são apresentadas no ativo não circulante.

2.8. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise do "aging list" (listagem por idade de vencimento), considerando os itens pendentes desde longa data (superior a 361 dias) e outras perdas avaliadas como prováveis. O montante registrado é considerado pela Administração da Entidade como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica “Perdas Diversas” na demonstração do resultado do exercício (superávit ou déficit).

2.9. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da utilização na prestação dos serviços ou perecimento.

Quando necessário, é efetuado ajuste para reconhecimento das perdas com itens obsoletos, medicamentos vencidos sem possibilidade de reutilização, materiais deteriorados e outros.

2.10. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.11. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016
(Em Reais)

	<u>Anos</u>
Edificações	45
Máquinas e equipamentos	8
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

No exercício de 2017 após levantamento realizado em relação ao estado de conservação dos bens através de laudo de vida útil econômica do ativo imobilizado foi alterado a estimativa da vida útil de máquinas e equipamentos de 10 anos para 8 anos, bem como edificações que passou de uma estimativa de 25 anos para 45 anos.

2.12. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior que o valor recuperável estimado.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15. Provisão para contingências

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.16. Convênios

Referem-se a convênios para custeio de projetos captados por meio de instrumentos específicos.

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica “Convênios” e apropriadas como receita quando da efetiva prestação do serviço ou outra condição acordada.

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016
(Em Reais)

2.17. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Social está representado pela dotação inicial acrescida ou diminuída do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.18. Apuração do Superávit (déficit)

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo como Princípio da Competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: a) haja evidência da existência de contrato; b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; c) o preço esteja fixado e determinado; e d) o recebimento seja provável.

As doações e contribuições são reconhecidas quando efetivado o recebimento dos recursos.

2.19. Investigação da Polícia Federal (Operação Marca-passo)

A investigação teve início com a instauração da investigação policial determinada por portaria datada de 28 de junho de 2017, recebendo a denominação de “Operação Marca-passo”.

O objetivo da investigação é a apuração de suposta prática criminosa dos ilícitos penais de corrupção ativa e passiva, crimes contra licitação e organização Criminosa no Hospital Geral de Palmas/TO.

A investigação estendeu-se ao Hospital e Maternidade Dom Orione em Araguaína/TO em razão de tratarem-se dos dois únicos hospitais a realizar cirurgias cardíacas no estado, bem como em razão de suspeitas levantadas por delator envolvido na investigação. A investigação ainda não foi encerrada pela Polícia Federal que continua a examinar a documentação e a periciar os equipamentos apreendidos nas diversas fases da operação.

Até o presente momento não foi oferecida denúncia e não se iniciou ação penal. Nenhuma comprovação foi apontada ou encontrada de envolvimento ou da prática de quaisquer atos ilícitos no Hospital e Maternidade Dom Orione de Araguaína/TO ou mesmo por parte de seus diretores e colaboradores.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e Bancos conta movimento	716.961	89.523
Aplicações financeiras	396.940	1.703.147
	<u>1.113.901</u>	<u>1.792.671</u>

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Caixa central	22.701	23.602
Caixas - diversos	28.724	5.686
Total de Caixa	51.425	29.288
Banco do Brasil	49.098	81
Bradesco	3.052	31.417
Caixa Econômica Federal	2.043	7.094
Unicred	611.344	21.643
Bancos conta Movimento	665.536	60.235
Total de Caixa e equivalentes de caixa	716.961	89.523
	2017	2016
Aplicação Banco do Brasil 86308-4	74.152	831.442
Aplicação Banco do Brasil CONVENIO 88146-5	-	501.389
Banco do Brasil - CP 50 mil	-	59.424
Aplicação Banco do Brasil Time Mania 64860-04	23.390	23.708
Aplicação BB Convênio 88987-3	28.343	-
Aplicação caixa econômica	-	41.473
HSBC - Plano de capitalização (Bradesco)	-	69.622
Unicred - Plano de capitalização	138.858	125.394
Aplicação Unicred UNINVEST 30 CDI 65	75.837	-
Capitalização Unicred 81782-1	2.286	-
Total	342.866	1.652.452
Convênio Caixa Econômica Federal	54.074	50.696
Total de aplicações financeiras Restritas	396.940	1.703.147
4. Contas a receber		
	2017	2016
Convênios (SUS)	3.970.692	8.473.419
Convênios com particulares	10.417.492	9.998.003
Total de convênios a receber	14.388.184	18.471.422
Cheques a receber	289.577	65.519
Cartões de Créditos	268.936	190.919
Clientes a receber	267	192.938
Duplicatas a receber	11.549	-
Total de Clientes a Receber	14.958.514	18.920.798
Perdas estimadas na realização das contas a receber	(19.395)	(139.965)
Total de Contas a Receber	14.939.119	18.780.833

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016

(Em Reais)

Em 2017 a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer é a seguinte:

	<u>2017</u>
A vencer	5.277.010
Serviços em andamento a faturar	526.619
Cheques, Cartões de Crédito e Outros	560.798
Vencidos:	
Até 30 dias	1.576.370
De 31 a 60 dias	2.613.500
De 61 a 90 dias	1.615.596
De 91 a 180 dias	2.213.872
De 181 a 360 dias	555.354
Acima de 360 dias	10.069
PECLD	(10.069)
	<u><u>14.939.119</u></u>

As perdas estimadas na realização das contas a receber são reconhecidas após análise individualizada dos clientes.

5. Estoques

Os estoques estão compostos por materiais de uso e consumo hospitalar.

O estoque de materiais hospitalares é avaliado pelo método do custo médio das compras e, quando aplicável, ajustadas ao valor de realização e deduzidas de perdas por deterioração ou obsolescência.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Materiais hospitalares	2.389.730	1.510.587
(-) Perdas estimadas na realização dos estoques	(20.536)	(39.050)
Total dos estoques	<u><u>2.369.195</u></u>	<u><u>1.471.537</u></u>

6. Imobilizado

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido		Taxa
			2017	2016	
Terrenos	159.360	-	159.360	159.360	-
Edificações	15.485.959	(8.679.748)	6.806.211	6.586.023	2%
Instalações	735.510	(735.510)	-	-	-
Veículos	201.944	(46.819)	155.125	47.684	20%
Móveis e utensílios	2.052.985	(1.264.749)	788.236	865.799	10%
Equipamentos de informática	3.501.804	(3.337.248)	164.556	173.209	20%
Tratores e implementos agrícolas	2.100	(1.394)	706	916	20%
Máquinas e equipamentos	11.146.739	(6.558.004)	4.588.735	4.432.919	12%
Instrumentos cirúrgicos	71.782	(48.047)	23.735	31.796	10%
Ferramentas	13.321	(8.097)	5.224	1.869	20%
Total do Ativo Imobilizado	<u><u>33.371.504</u></u>	<u><u>(20.679.616)</u></u>	<u><u>12.691.888</u></u>	<u><u>12.299.575</u></u>	

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016
(Em Reais)

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	31.12.2016	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação Acumulada	31.12.2017
Terrenos	159.360	-	-	-	-	159.360
Edificações	14.725.334	920.526	(159.901)	-	(8.679.748)	6.806.211
Instalações	735.510	-	-	-	(735.510)	-
Veículos	386.019	145.793	(329.868)	-	(46.819)	155.125
Móveis e utensílios	2.162.146	72.354	(167.480)	(14.035)	(1.264.749)	788.236
Equipamentos de informática	3.534.804	64.414	(97.414)	-	(3.337.248)	164.556
Tratores e implementos agrícolas	2.100	-	-	-	(1.394)	706
Máquinas e equipamentos	10.366.147	1.149.761	(383.204)	14.035	(6.558.004)	4.588.735
Instrumentos cirúrgicos	68.169	3.613	-	-	(48.047)	23.735
Ferramentas	9.783	4.150	(612)	-	(8.097)	5.224
Total	32.149.372	2.360.611	(1.138.479)	-	(20.679.616)	12.691.888

7. Fornecedores a pagar

	2017	2016
Fornecedores de produtos hospitalares	5.731.461	7.665.168
Fornecedores de produtos e serviços	408.716	440.919
Serviços profissionais a pagar	680.000	325.113
Total	6.820.177	8.431.200

8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são captados para utilização como capital de giro e os financiamentos referem-se ao FINAME. As taxas de juros seguem as práticas de mercado e foram oferecidos avais em garantia.

	2017	2016
Empréstimo BB Giro	-	54.905
Empréstimo Bradesco	-	24.555
Empréstimo Capital de Giro - HSBC	-	227.167
Empréstimo FINAME - BNDES	16.667	56.667
Empréstimo - Giro Creditório - HSBC	456.942	1.005.271
Empréstimo - Unicred - conta garantida	250.000	3.475.000
FINAME - Stemac - Banco do Brasil	224.405	270.834
Empréstimos Confederação das Santas Casas	223.747	-
Conta Garantida SICREDI 81782-1	1.375.001	-
Juros a apropriar	(55.279)	(181.453)
Total Empréstimos	2.491.483	4.932.946
Circulante	2.328.668	4.286.958
Não circulante	162.815	645.988

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016
(Em Reais)

9. Obrigações trabalhistas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários a pagar	1.333.346	1.190.756
FGTS a recolher	225.227	204.304
INSS a recolher	143.638	135.573
Provisão de férias e encargos	1.932.414	1.770.796
Outros	71.969	72.820
	<u>3.706.594</u>	<u>3.374.248</u>

10. Convênios

Os recursos são recebidos para custeio de projetos. A aplicação dos recursos vem sendo efetuada de acordo com o previsto e as prestações de contas são efetuadas tempestivamente.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Convênios com órgãos públicos	1.090.452	2.620.530
	<u>1.090.452</u>	<u>2.620.530</u>

11. Compromissos contratuais e parcelamentos

Os parcelamentos e compromissos contratuais da Entidade podem ser demonstrados como segue:

Descrição	<u>2017</u>			<u>2016</u>
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Total
Fornecedores	151.502	118.077	269.579	1.422.568
Multa Ministério do Trabalho	-	185.737	185.737	208.384
Outros	15.280	36.239	51.519	-
	<u>166.782</u>	<u>340.053</u>	<u>506.835</u>	<u>1.630.952</u>

12. Provisão para contingências

A Entidade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. São constituídas provisões para os riscos cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis quando estas puderem ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais.

Considerando posicionamento de seus assessores jurídicos, buscando uma análise mais detalhada dos riscos em cada demanda, a Entidade optou por registrar no

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016

(Em Reais)

exercício de 2017 um complemento de provisão de contingências de R\$ 2.119.479, totalizando uma provisão de R\$ 3.637.179 referente a causas com alguma probabilidade de perda (R\$ 1.517.700 em 2016)

No exercício de 2017 houve uma mudança nos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências passivas e os processos da fase instrutória que antes não compunha as provisões de perdas passaram a compor.

13. Patrimônio social

Conforme o estatuto social, a Entidade aplica integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos sociais, estando impedida de distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou rendas a título de lucros ou participações no Superávit.

Assim, o Superávit ou Déficit em cada exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social ou por ele absorvido. Portanto, o patrimônio líquido é representado pelo patrimônio social inicial da Entidade acrescido dos superávits ou déficits apurados anualmente, desde a data de sua constituição.

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016
(Em Reais)

14. Receitas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Diárias	4.912.471	4.219.751
Taxas	4.479.113	4.288.196
Materiais e medicamentos	8.192.900	11.053.265
Materiais especiais	3.657.029	4.623.282
Gases medicinais	2.270.640	2.221.982
Exames e diagnósticos	6.949.224	6.228.770
Outras receitas com pacientes	3.995.811	2.731.604
Total de receitas com pacientes	<u>34.457.188</u>	<u>35.366.851</u>
Materiais especiais	2.324.283	2.040.021
Receita complementar - contratual	12.458.628	12.222.934
Outras receitas de serviços	947.985	970.750
Total de receitas com pacientes SUS	<u>15.730.896</u>	<u>15.233.704</u>
Incentivos - União Federal	14.812.663	13.585.413
Estágios com instituições de ensino	1.169.350	1.088.932
Receita cartão saúde	37.806	25.000
Total de receitas com incentivos, estágios e cartão saúde	<u>16.019.818</u>	<u>14.699.345</u>
Total das Receitas Operacionais	<u>66.207.902</u>	<u>65.299.900</u>
Subvenções estaduais - pessoal cedido	6.865.195	6.893.957
Subvenções federais / ministério da saúde	2.037.528	-
Total das Subvenções	<u>8.902.723</u>	<u>6.893.957</u>
Doações em Dinheiro	20.246	14.390
Doações em Materiais	372.208	516.218
Doações em Medicamentos	70.719	111.700
Total das Doações	<u>463.172</u>	<u>642.308</u>
Glosas de pacientes particulares e convênios	(2.678.644)	(1.907.238)
Repasse médico	-	(1.091.602)
Deduções SUS	-	(1.700.486)
Total das Deduções	<u>(2.678.644)</u>	<u>(4.699.325)</u>
Total das Receitas Líquida	<u>72.895.153</u>	<u>68.136.840</u>

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016

(Em Reais)

15. Custo dos serviços prestados

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custos com pessoal	23.251.466	21.500.846
Custos com pessoal - pessoal cedido	6.441.024	6.561.356
Serviços médicos pessoa jurídica	10.360.862	9.085.637
Outros serviços prestados por terceiros	1.790.259	1.429.776
Medicamentos	3.421.935	3.227.256
Materiais hospitalares	3.458.356	3.356.016
Órteses e próteses	5.894.797	6.433.994
Gêneros alimentícios	1.007.781	1.365.086
Materiais de Copa e Cozinha	848.619	911.794
Material de Higienização e Zeladoria	665.915	811.496
Outros gastos de manutenção hospitalar	1.221.285	2.055.472
Energia elétrica	1.249.077	1.171.020
Depreciação	1.538.088	1.652.066
Outros custos gerais hospitalares	1.135.080	712.284
	<u>62.284.543</u>	<u>60.274.099</u>

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com Pessoal	3.737.412	3.351.196
Serviços Prestados por Terceiros	795.468	1.185.431
Despesas com Veículos	397.071	275.901
Provisão para Contingências	2.127.536	515.016
Material de Escritório	265.828	240.110
Manutenção de Software	259.142	225.478
Material de Informática	213.712	593.518
Outros Gastos Gerais Administrativos	931.081	1.200.601
	<u>8.727.250</u>	<u>7.587.251</u>

17. Imunidade tributária

A Casa de Caridade Dom Orione é declarada de Utilidade Pública Federal, conforme publicado no DOU de 25 de outubro de 1978. É caracterizada como Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde, conforme Portaria SAS/MS Nº. 1.002, publicada no DOU em 31 de maio de 2017, cujo certificado possuía prazo de validade até 31 de dezembro de 2018, foi nos concedido pela prestação anual de serviços ao SUS superior a 60%, sendo este prova de sua certificação atual.

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016

(Em Reais)

Em face da imunidade tributária a Entidade não está sujeita ao recolhimento de impostos e contribuições, conforme abaixo demonstrado:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
INSS	6.766.776	6.251.331
Imposto de Renda	1.296.599	996.970
Contribuição Social	713.124	512.360
ISSQN	1.320.599	948.815
COFINS	1.980.899	1.423.223
	<u>12.077.996</u>	<u>10.132.698</u>

A Casa de Caridade Dom Orione efetuou em 2017 os seguintes atendimentos ao SUS - Sistema Único de Saúde:

Descrição	2016		2017	
	Internações	Diárias	Internações	Diárias
SUS	7.983	31.814	8.320	32.380
Não SUS	4.958	16.372	4.852	16.593
Total	<u>12.941</u>	<u>48.186</u>	<u>13.172</u>	<u>48.973</u>
% SUS	62%	66%	64%	66%
% Não Sus	38%	34%	37%	34%
%Meta	60%		60%	

18. Instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016
(Em Reais)

19. Seguros - não auditado

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	30.000.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	Tabela Fipe
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	100.000
Lucros cessantes	Não realização de "lucros" decorrentes de danos materiais	<u>977.683</u>
		<u><u>31.077.683</u></u>
